

A MARISCAGEM E AS MULHERES NA BAÍA DO IGUAPE - BA

Autora: Marina M. Figueiredo - Geógrafa UFBA
Orientadora: Dr^a Catherine Prost

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira é tida como uma prática essencialmente masculina. Na realidade existe uma divisão social do trabalho por gênero nas comunidades pesqueiras, e muitas mulheres sobrevivem da pesca, geralmente da mariscagem, mesmo sendo esta uma atividade de menor prestígio dentro da pescaria. Estas mulheres têm nos mangues costeiros o seu espaço de trabalho e fonte de subsistência, devido em parte a exclusão da pesca em alto mar.

A mariscagem é assim atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares, muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. Estes instrumentos são: ferro e facão para retirar o marisco, sapatão de pano, calça e capote para se proteger das muriçocas e outros insetos no manguezal e o balaio para carregar os mariscos.

Esta atividade proporciona à mulher a possibilidade de pescar, pois não precisa de força física como para puxar a rede, tem seus instrumentos mais baratos e não necessita de embarcação própria. As mulheres se deslocam normalmente a pé pelo mangue ou de carona em canoas com outros pescadores para realizar a cata dos mariscos. Todavia na Baía do Iguape cada vez mais essa coleta está sendo realizada mais afastada das comunidades, tornando-se útil o uso de embarcações.

A partir da necessidade de ações voltadas para a sustentabilidade dessa atividade e para a valorização da mulher como pescadora faz-se necessário o intercâmbio de informações entre a comunidade científica e a comunidade tradicional, neste caso as marisqueiras do município de Maragogipe na Baía do Iguape, a fim de contribuir para promover a sustentabilidade e o resgate do conhecimento tradicional da pesca utilizado por elas.

Uma vez que o conhecimento tradicional pode oferecer modelos de uso sustentável desses mesmos recursos, torna-se importante realizar estudos sobre o conhecimento tradicional e o uso que as populações locais fazem dos recursos naturais e efetuar uma análise detalhada do impacto de suas práticas sobre a biodiversidade (ALBUQUERQUE *et al.* apud GONDRA, 2007).

Assim, pesquisas sobre a atividade de mariscagem têm importância para o manejo e a preservação de ambientes costeiros, tendo em vista que a atividade é milenar, o que comprova a sustentabilidade da atividade praticada, como atestam os sambaquis presentes na baía de Todos os Santos, assim como em outras partes da costa brasileira. As marisqueiras utilizam-se deste recurso como fonte de alimento e renda, desempenhando papel significativo nas comunidades e no manguezal, tanto no Iguape, como em diversas regiões do mundo.

Para Castro (1997) estamos diante de uma questão ética que é reconhecer não somente que as comunidades tradicionais (no caso de estudo as marisqueiras) precisam ter seus saberes protegidos, mas também garantir o sistema de produção desses saberes. De fato o processo de transformação por que passam hoje as sociedades com o avanço tecnológico põe em perigo a própria validação desse sistema cultural, estando em jogo o direito dessas populações a manter vivo outro conceito de conhecimento e de inovação.

Justifica-se então, a importância desse estudo para o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas ao manejo e conservação dos manguezais e também à melhoria da qualidade de vida das marisqueiras que fazem uso sustentável deste ecossistema, considerando a importância das mesmas para a conservação dos manguezais.

Nesse contexto, para uma efetiva melhora nas condições de pesca para as mulheres, assim como a promoção de equidade entre homens e mulheres, a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas faz-se necessária para o estabelecimento de políticas sociais mais justas que contemplem as especificidades do trabalho feminino.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar as experiências de trabalho diário das marisqueiras, com vistas ao desenvolvimento de princípios gerais para uso e conservação dos manguezais e para melhoria da qualidade de vida das marisqueiras. A pesquisa é, portanto, voltada para o desenvolvimento de possibilidades de melhoria na utilização dos recursos pesqueiros na Resex marinha Baía do Iguape a partir de políticas de valorização da mulher na pesca artesanal.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com um grupo social representado pelas marisqueiras e os métodos de procedimento, para realização deste trabalho, utilizados foram: o estudo de caso, a pesquisa ação, a observação participativa, além de levantamento bibliográfico e discussões no grupo de pesquisa (MARENA) de textos e artigos ligados aos temas aqui propostos.

Para a análise dos dados coletados em campo foi utilizado o método fenomenológico, pois a pesquisa visa diagnosticar a percepção dos fenômenos decorrentes da atividade de mariscagem, por parte das marisqueiras, segundo a vivência e a experiência das mesmas, a partir da observação da participação ativa das comunidades envolvidas nesses fenômenos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Resex marinha Baía do Iguape situa-se na região do Recôncavo baiano que em tempos passados gozou de grande prosperidade econômica e prestígio no estado da Bahia. Atualmente a região é marcada por um período de decadência econômica que reflete na situação socioeconômica dos moradores da Baía do Iguape. Neste contexto os moradores têm presenciado a falta de alternativas econômicas de geração de renda o que tem implicações diretas na degradação de seus ecossistemas e na qualidade de vida dos habitantes locais.

A atividade de pesca artesanal possui caráter sustentável e mantêm diversas comunidades na Baía do Iguape. De fato milhares de famílias dependem do ponto de vista econômico e sócio-cultural da pesca artesanal em área de manguezal. Embora os manguezais sejam previstos por lei como sendo áreas de preservação permanente, estes carecem de proteção efetiva no país.

Assim fazem-se necessárias alternativas para a população local aliadas à conservação dos manguezais e à melhoria das condições de pesca artesanal na região. Estas alternativas têm que levar em consideração a dupla jornada de trabalho feminino, visto que há relações desiguais entre os sexos nas relações sociais presentes nas diversas instituições sociais, nos símbolos, códigos, práticas e discursos. Apesar de conquistas, as mulheres ainda são responsáveis por assegurar a manutenção e a reprodução da família.

De tal modo as marisqueiras estão inseridas nesse contexto de dupla jornada quando admitimos que algumas destas são chefes de família e através do trabalho da pesca mantêm os

seus filhos, e que outras participam menos da pescaria, porém como afirma Maneschy (1994), desempenham:

papel fundamental na produção social da comunidade, ocupando-se em manter a casa em terra, em educar as crianças e em garantir todos os dias as condições para que os pescadores possam repor as energias antes de retornar ao mar (MANESCHY, 1994, p 251).

Igualmente, as mulheres em Maragojipe participam ativamente da pesca, e contribuem para que seus companheiros possam realizar suas atividades pesqueiras. Ademais, estas mulheres através da mariscagem complementam a renda da família. Ao mesmo tempo, cumprem o papel de transmissoras de ofício, na medida em que os pescadores e marisqueiras, geralmente, iniciam-se na pesca desde a infância.

A Baía do Iguape por apresentar áreas de transição entre os ambientes terrestres e marinhos em áreas costeiras abrigadas em região tropical é representativa de áreas de manguezais. Estes oferecem condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais, como os mariscos que são a fonte de renda de centenas de marisqueiras na região (SHAEFFER-NOVELLI, 1995).

Por os manguezais serem fonte de sustento, as marisqueiras relatam uma relação de respeito com o manguezal, considerado pela população local como provedor de alimento para as famílias. Ele é dessa forma respeitado como entidade responsável pela manutenção da vida dos habitantes locais. O manguezal, por seu caráter provedor, é considerado uma dádiva divina, como afirma uma marisqueira:

É uma benção que Deus deu a gente, que se não fosse o mangue, como a gente tava agora?

Essas experiências cotidianas refletem a relação dos moradores com o lugar, que é entendido aqui como categoria de análise e define uma identidade, permeada de signos, com o local a partir de relações de laços afetivos e experiências íntimas. Segundo Tuan (1979) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” para os habitantes locais.

As experiências íntimas com o lugar fazem com que estes reconheçam as sutis mudanças no ambiente. As marisqueiras, através de suas sensações, aprendem a ‘ver’ as águas distinguindo suas tonalidades, a reconhecer o estado da maré ao ‘ouvir’ os sons das águas, e ao sentir o quão doce ou salgadas estão às mesmas, ou seja, através de percepções sensoriais as marisqueiras desenvolvem conhecimentos sobre o manguezal (ALLUT, 2000).

Portanto, os conhecimentos das marisqueiras podem se aliar a uma práxis de conservação do meio ambiente. No que toca ao resgate do papel feminino para uma relação mais harmoniosa com a natureza, Simonian (2001 p.23) destaca o papel privilegiado da mulher “num contexto em que, milenarmente, tem dominado a sócio-diversidade”. De fato, além de sua colaboração fundamental, em termos do processo de reprodução social e biológica, a contribuição das mulheres nos processos de produção agrícola, extrativista e artesanal local tem sido revelada.

Quanto ao papel da mulher na conservação dos ecossistemas, nos documentos e tratados sobre o meio ambiente no mundo, como a Carta da Terra e a Agenda 21, a mulher tem ganhado reconhecimento de sua importância para a conservação da natureza. A Convenção da Biodiversidade ressalta a necessidade de:

Se reconhecer e fomentar os métodos de produção tradicionais e o conhecimento das populações locais, enfatizando o papel particular da mulher, relevante para a conservação da diversidade biológica e para o uso sustentável dos recursos biológicos (*apud* CORDEIRO, 1996).

Ainda segundo as relações de gênero e meio ambiente, surge o ecofeminismo como uma corrente de pensamento que procura evidenciar a ligação, nas culturas patriarcais, entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza. Manifesta-se como um movimento social de resistência contra a degradação do meio ambiente lutando pela superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros, procurando por tecnologias que não agridam o meio ambiente, possuindo ideais de democracia direta, descentralização e o fim das hierarquias e apoiando economias de subsistência rural como modelo de desenvolvimento (SILIPRANDI, 2000).

Contudo ressalvas quanto à esta corrente de pensamento são notadas por Siliprandi (2000) dado a associação de um princípio feminino que associa as mulheres à condição de mães, identificando-as com a natureza por sua fertilidade. No entanto entendendo o gênero como um conceito que agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual, que implica na perspectiva da construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, nega sua universalidade, incorporando as dimensões temporal e espacial (SILVA, 2009), percebe-se que o papel social de mãe é construído independente da condição biológica feminina.

De fato o existencialismo que se tem atribuído ao termo ecofeminismo faz com que o termo venha sendo substituído por feminismo ambiental. O feminismo ambiental argumenta que “a participação das mulheres nos movimentos ecológicos é resultante do seu compromisso cotidiano mais estreito com a utilização da natureza e o cuidado com o meio ambiente saudável” (AGARWAL *apud* MARTÍNEZ, 2007).

Neste âmbito Martínez Alier (2007) afirma que o “ativismo das mulheres no movimento pela justiça ambiental e no ecologismo dos pobres tem sido de mote significativo e com frequência determinante”. O ecologismo dos pobres é definido por Martínez como sendo o “interesse material pelos recursos e serviços ambientais proporcionados pelo meio natural para a subsistência humana”.

A partir desta constatação percebe-se que a ordem mundial, orientada pelas políticas neoliberais, tem implicado na “feminização da pobreza” (BARRIENTOS *apud* SIMONIAN, 2001) e, portanto na participação ativa das mulheres em lutas para ter acesso aos recursos naturais dos quais dependem a sua sobrevivência e muitas vezes a sobrevivência da família que, não raro, é assegurada pelo trabalho da mulher.

Assim pensar uma relação a partir da contemplação da natureza e da valorização da mulher nas práticas de manejo dos ecossistemas está em concordância com a racionalidade ambiental (LEFF, 2007) que emerge como um projeto social. O autor propõe a construção de uma racionalidade produtiva alternativa que elabore uma nova lógica de produção e novas formas de organização produtiva para satisfazer as necessidades materiais e espirituais do Homem.

Para tanto faz-se imprescindível que se considere a gestão ambiental a partir da participação direta das comunidades, de seu patrimônio natural e cultural no aproveitamento de seus recursos, num diálogo que utilize o conhecimento das marisqueiras quanto aos recursos e a dinâmica do manguezal para melhor gerir este ecossistema.

Os vínculos estabelecidos entre as populações tradicionais e as características de diversificação física e biológica presentes nos ambientes em que vivem essas populações refletem a utilização de um maior número de espécies utilizadas no dia a dia, utilização imbricada de cultura e conhecimento sobre a diversidade de recursos na natureza. Segundo Shiva (2003) o conhecimento popular é transmitido de geração em geração por meio da participação dos moradores nos processos de obtenção do sustento nos ecossistemas em que estão inseridos.

Na Baía do Iguape a mariscagem faz parte do contexto social de diversas famílias, sendo uma prática cotidiana vivenciada entre as comunidades, como fonte de renda e alimentação conforme relatos em campo. Muitas marisqueiras afirmam ter a pesca como única alternativa à falta de emprego em Maragojipe, constituindo-se um ofício que passa de mãe para filho, de geração em geração. Nas palavras de D. Josiene:

Na verdade a gente não tem oportunidade de trabalho aqui, então pra gente não ficar parado sem ter o nosso dinheiro, a gente vai pra maré, oportunidade de emprego aqui não tem... a solução é a maré mesmo, não tem pra onde correr.

A mariscagem por seu caráter de transmissão de conhecimento de mãe para filho, pode ser considerada uma tradição. Enquanto tradição pode ser entendida como manifestação cultural para as famílias que vivem desta atividade (SANTANA e SERPA, 2007). Essa manifestação cultural está associada à identidade assumida a partir de experiências cotidianas com a pesca.

Percebe-se assim a importância do extrativismo como instrumento para manutenção da cultura da população local. Constituindo uma cultura não só material, mas acima de tudo uma memória histórico-cultural que liga o grupo ao lugar e lhes confere uma noção de identidade em relação a outros (SIMONIAN *apud* LAZARIN, 2002).

Neste sentido as marisqueiras relatam o orgulho por sua tradição e cultura, se reconhecem como pescadoras e afirmam que, depois da conquista de direitos, têm tido mais gosto pela profissão. Segundo o depoimento de D. Elisangela:

Eu acho que ser marisqueira é importante para mim, é muito importante porque eu sou dependente de mim, o dia que eu quiser ir eu vou, o dia que não quiser eu não vou, a hora que eu quiser ta com meu dinheiro na mão eu to e não dependo e não fico precisando de ninguém... Não preciso trabalhar na casa de ninguém e a pescaria para mim é ótima, a pescaria para mim é muito importante, é dá onde eu tiro meu sustento.

Nota-se também com esta passagem que há uma conciliação entre os horários de mariscar e de realizar outras atividades, e a autonomia empregatícia que representa o manguezal em função da falta de alternativas de fonte de renda em Maragojipe. De fato os manguezais provêm muitas famílias há várias décadas, como afirmado pelas marisqueiras entrevistadas que mariscam na região, algumas há 30 anos. A maioria das entrevistadas afirma ter iniciado na mariscagem em média desde os 12 anos de idade, tendo algumas que começaram na infância, aos 7 anos devido à necessidade de ajudar as mães. Estudos realizados pelo projeto MARENA (tabela 1) comprovam que a maioria dos pescadores e marisqueiras iniciam suas atividades desde cedo.

Tabela 1: Tempo de experiência na Pesca.

Tempo de experiência	Pescadores e Marisqueiras
0 a 4 anos	10%
5 a 10 anos	17%
11 a 20 anos	33%
21 a 40 anos	30%
Mais de 40 anos	11%

Fonte: Projeto MARENA

Portanto a atividade de mariscagem é motivada principalmente pela necessidade de uma forma de sustento familiar. O orgulho por serem reconhecidas como pescadoras foi motivado a partir do Movimento da Pesca que o CPP (Conselho Pastoral de Pescadores) realiza na região, incentivando as marisqueiras e pescadores a lutar por seus direitos. Esta necessidade faz com que os pescadores e marisqueiras exerçam suas atividades diariamente. Estudos do Projeto MARENA apontam a frequência com que estes realizam a pesca (gráfico 1).



Gráfico 1: Frequência semanal da pesca. Fonte: Projeto MARENA.

Contudo a atividade de mariscagem é sujeita também às condições meteorológicas e ao regime das marés. Em algumas épocas do ano as marisqueiras dizem ser bem difícil mariscar, como no período das chuvas. Muitas afirmam que, se nesse período houvesse outra oportunidade de trabalho, elas aceitariam, porém só por um tempo, pois não deixariam de ser marisqueiras. Ainda segundo D. Elisângela:

No verão é ótimo a gente mariscar, mas quando chega no inverno... Porque no inverno é muito ruim, maré de manhã de vez em quando 4, 5 horas, tá chovendo a gente tem que ir, quantas vezes, não tá chovendo quando a gente chega lá, e começa a chover, aí o mangue alaga e não dá pra gente mariscar.

O cotidiano na “maré” adequa a rotina das marisqueiras às suas funções sociais na esfera reprodutiva. Assim podemos compreender a arte de mariscar a partir da divisão social do trabalho por gênero na medida em que esta assegura o cumprimento das tarefas diárias relacionadas à figura feminina como os cuidados com o lar e com os filhos. Muitas marisqueiras são chefes de família e garantem, portanto, sozinhas, não só quando são chefes de família, o sustento da casa, esfera geralmente ligada à figura masculina.

Mesmo as marisqueiras que não são responsáveis diretamente pela alimentação da família e pelo suprimento de suas necessidades básicas investem seus ganhos gerados com a venda dos mariscos em melhorias da habitação, vestuário, pagamento de contas, compra de outros alimentos e principalmente com a educação dos filhos conforme relatos em campo. As marisqueiras casadas afirmam ter o apoio do companheiro para exercer sua profissão, pois a maioria deles são pescadores, filhos de marisqueiras ou mesmo acompanhavam suas mães na infância na ida ao manguezal. Eles também são cientes da importância da mulher na renda familiar.

Segundo Castro (2001) enquanto mulheres extrativistas a relação entre família e trabalho é realizada através da concepção do tempo social e do tempo individual que encontra-se mediado pela percepção sobre o tempo da natureza. Assim suas jornadas de trabalho agregam dimensões de tempo integradas ao cotidiano, provenientes de relações complexas com os ritmos e os fluxos da natureza.

Contudo a partir da divisão social do trabalho por gênero pode-se identificar que as relações de gênero influem nas estratégias de sobrevivência de muitas famílias que se organizam tanto na esfera produtiva, quanto na esfera reprodutiva, em função do ritmo de trabalho admitido pela mariscagem. Segundo Scheffler:

Essa abordagem permite igualmente superar a invisibilidade do trabalho feminino que não é devidamente registrado pelas estatísticas oficiais, e é difícil de ser contabilizado, visto que parte do seu produto não se destina ao mercado. (SCHEFLER, 2002, p.255)

A autora também afirma que o conceito de gênero como categoria de análise resulta da constatação de que “as lutas feministas na perspectiva da igualdade expressa pelas conquistas dos direitos civis, não lograram uma efetiva transformação nas relações assimétricas de gênero”. Ou seja, apesar da concessão de direitos universais dos trabalhadores, como aposentadoria, cobertura social, além de licença maternidade, isso não garante a efetividade de todos os direitos.

Assim o poder público reconhece a mariscagem como profissão, no entanto o salário defeso corresponde apenas às espécies de alto valor comercial, medida que não beneficia as espécies de mariscos como o Sururu (*Mytella falcata*), a Ostra (*Crassostrea brasiliiana*), dentre outros mariscos, coletados pelas marisqueiras. O salário defeso beneficiaria as trabalhadoras no período de reprodução das espécies. Esta medida refletiria diretamente na conservação dos mariscos e do manguezal. As marisqueiras estão cientes da necessidade de deixar o manguezal “descansar”. Segundo D. Mamara é preciso:

Parar tudo, parar de mariscar por um tempo, para poder eles (o marisco) crescer e render mais porque quanto mais a gente vai, mais só vai tirando ele e ele nunca vai rendendo então tem que parar com tudo, levar uns bons meses parado ele ia crescer e render a quantidade e quando a gente fosse já tinha uma quantidade boa.

O salário defeso também refletiria na qualidade de vida das marisqueiras que estão sujeitas à variação do valor do marisco no período do verão e do inverno conforme ilustrado no gráfico abaixo:

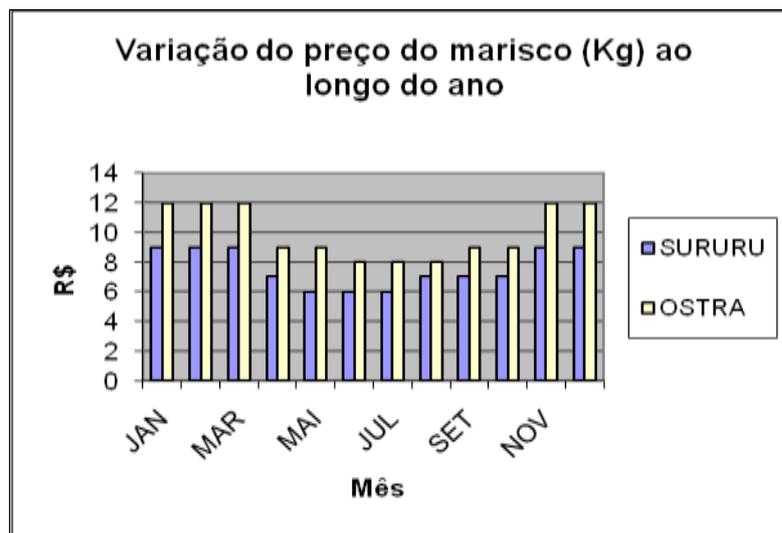


Gráfico 2: Variação do preço do marisco/ano. Fonte: dados de campo.

Essa variação de preço é determinada por diversos fatores entre os quais o aumento da demanda em Salvador durante o verão em função do turismo e a maior oferta de mariscos, durante o inverno, por estarem em sua fase de reprodução. Nas palavras de D. Amélia:

No inverno mesmo a gente sofre com esse tipo de coisa porque não tem como vender, é indo e voltando, indo e voltando e fica mais difícil de vender a mercadoria, o marisco. Se torna mais difícil. No verão já é melhorzinho aumenta o preço... tem a fase boa que é a do marisco caro no verão e a fase ruim, quer dizer ruim que a gente não tem muito lucro no marisco, por que tá no inverno, pois tem mais marisco, tem mais reprodução que no verão.

Quanto ao aumento da demanda é válido ressaltar a importância que o marisco tem na culinária baiana que está intimamente ligada ao imaginário popular sobre a Bahia. Segundo Claval (2007 p.255) “as relações ecológicas dos homens com seu ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares”. Assim deve-se considerar o valor cultural do marisco e a importância para a cidade de Salvador como ingrediente importante para a confecção da comida típica baiana. Quando se considera também que a maior parte dos mariscos é para consumo próprio, ou seja, para o aporte protéico e para compra de demais alimentos pelas

marisqueiras, percebe-se a importância da mariscagem na alimentação das famílias da Baía do Iguape.

Nas práticas cotidianas das marisqueiras é difícil mensurar o trabalho, na medida em que este é descontínuo e é realizado muitas vezes de forma alternada com as atividades domésticas. O trabalho não cessa com a retirada do marisco do mangue. Pelo contrário, este é beneficiado (catado) pelas marisqueiras e sua família, revelando a importância do trabalho feito em casa na atividade de mariscagem. Por certo, as mães trabalhadoras dependem da ajuda de seus filhos.

Assim a noção de trabalho na sociedade capitalista não corresponde à real noção de trabalho vivenciada pelas marisqueiras e também o trabalho artesanal/tradicional de forma geral, pois nestes casos, o trabalho nem sempre é possível de ser contabilizado por indivíduo por ser despendido coletivamente pelo grupo familiar.

Segundo Scheffler (2002) a separação no estudo dos fenômenos sociais e econômicos “corresponde a uma divisão artificial que impede uma adequada apreensão dos processos, os quais, são, ao mesmo tempo, econômicos, sociais e políticos”. A autora também afirma que cabe “à Geografia incorporar as diferenças sociais entre homens e mulheres e as diferenças territoriais nas relações de gênero”.

Assim deve-se analisar a atividade de mariscagem como a realização da pesca por mulheres, à exceção da coleta de caranguejo, evidenciando o papel da mulher na atividade pesqueira e na produção socioespacial das comunidades pesqueiras na Baía do Iguape. Scheffler apoiada nas considerações de Martínez, cita a seguinte passagem: “A Geografia tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem estabelecer as profundas diferenças que se verificam entre homens e mulheres na utilização do espaço”, e reafirma a necessária incorporação da perspectiva de gênero à Geografia (MARTÍNEZ *et al*, *apud* SCHEFLER, 2002 p. 25).

Portanto, a análise geográfica aqui adotada pretende levar em consideração o papel da mulher na construção dos processos sociais. Dentro do contexto da mariscagem, por ser uma atividade de extrema relevância na Baía do Iguape e influenciar a economia local e também a cultura, busca-se dar maior visibilidade a real participação das mulheres na formação do espaço em questão.

Sobretudo se faz necessária a incorporação da perspectiva de gênero no contexto das políticas voltadas à sustentabilidade. É importante ressaltar a preocupação das mulheres com os projetos educacionais, de acesso à moradia, em defesa do meio ambiente e em defesa de seus direitos trabalhistas. No entanto tais políticas e programas, segundo Simonian (2001):

Por sua natureza dominadora, tratam do desenvolvimento, e embora tenham em sua base teórica os supostos da sustentabilidade, seguem sendo impostos pelo poder central ou decorrentes de ligação com os interesses internacionais... como a mão-de-obra feminina é significativa, quando não maioria, por que não se prioriza o apoio técnico, financeiro e condições para a organização das mulheres em âmbito local? (SIMONIAN, 2001 p.59).

Assim, é através da realocação de poder e dos recursos estratégicos que será possível, outras possibilidades de escolha para a mulher e, como tal, tornar possíveis outras estratégias que visem a sustentabilidade considerando valores de equidade e justiça social para tanto.

No mais, é preciso um envolvimento não só das mulheres, mas da comunidade, da sociedade, do governo, das instituições de apoio e das agências de financiamento. Ainda segundo Simonian (2001), será necessária toda uma revolução cultural e “nesta perspectiva, ainda que tensas, antagônicas ou mesmo violentas, as relações de gênero são fundamentais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A baía do Iguape tem passado por inúmeras transformações que contribuíram para aumentar a pressão sobre a pesca e sobre os manguezais por falta de alternativas econômicas para a população local. Portanto é recomendável investimentos em alternativas de geração de renda, bem como investimentos na capacitação das mulheres em tecnologias de pesca que possam ser aliadas a uma práxis de conservação dos manguezais e melhoria da qualidade de vida das populações que vivem deste recurso.

Para tanto políticas públicas que considerem o papel e a importância da mulher, se fazem necessárias, incorporando a perspectiva de gênero no contexto das políticas a âmbito nacional, principalmente as políticas dirigidas à sustentabilidade dos ecossistemas, reconhecendo a mulher como agente de desenvolvimento aliado a conservação dos manguezais. A determinação do defeso para as espécies de marisco é uma medida que assegura a promoção de igualdade e de direitos na pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

ALLUT, Antonio García. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: **etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Organizador: Antonio Carlos Diegues. 2ªed. Editora Hucitec, 2000.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Castro E. e Pinton F. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997.

_____. Prefácio in: **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**/ Ligia T. L. Simonian. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ªed. – Florianópolis: Ed. UEFS, 2007.

CORDEIRO, Angela. Diversidad, sustantivo femenino. In: **Biodiversidad sustento y cultura**. Ed. Redes/Grain 1996.

GONDRA, J.A. e ANDRADE, L.H.C. **Conhecimento tradicional e sustentabilidade**: o caso da comunidade pesqueira da praia de Itapuama - Cabo de Santo Agostinho/PE. – Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG.

LAZARIN, Katiúscia Maria. Mulheres e sustentabilidade na Amazônia. **Revista de Estudos Feministas**. Jan. 2002, VOL. 10, Nº 1 p. 248-250.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**; tradução de Sandra Valenzuela. 4ª ed. Revista – São Paulo: Cortez, 2007.

MANESCHY, Mª Cristina. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: **A Amazônia e a crise da modernização**/Maria Ângela D’Incao e Isolda Maciel Da Silveira. Org. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradutor Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

PROST, Catherine. Relatório de pesquisa CNPq. **Manejo comunitário dos recursos naturais na Resex marinha Baía do Iguape – BA**, 2009.

SANTANA, Marilu e SERPA, Angelo. Territorialização das manifestações culturais em bairros populares de Salvador: Regatas e Mariscagem. In: **Cidade popular**: trama de relações sócio-espaciais. Angelo Serpa, organizador. Salvador, EDUFBA, 2007.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. **Mulheres guardiãs da Terra e da vida**: Um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar. Salvador, 2002. Dissertação de mestrado, pós-graduação em Geografia, UFBA.

_____. Mulheres guardiãs da Terra e da vida: Proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero. In: **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Orga-

nizado por Silvia Lucia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento. – Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

SHAEFFER-NOVELLI, Yara. Manguezal. **Ecosistema entre terra e mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia; tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre V. 1, n1, jan./mar. 2000.

SILVA, Joseli. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas de ciência geográfica. In: **Geografias subversivas**: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade. Joseli Silva, organizadora. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SIMONIAN, Ligia. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL, 1983.